

Mariana Venturini: em entrevista ao Sinpro a professora explica a presença do patriarcado na educação

Pesquisadora e professora de educação básica e ensino superior, Mariana Venturini é mestra em sociologia, gênero e trabalho pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ela também é vice-presidente da União Brasileira de Mulheres.

Mariana conversou com o SinproSP sobre a insistência do patriarcado nos diferentes níveis de educação, e qual o papel das professoras e professores dentro disso.

SinproSP: As mulheres são maioria na educação básica, mas a gente observa o cenário inverso no ensino superior. Na rede pública as mulheres representam 45% dos docentes, e na rede privada, 48%. Que tipo de análise a gente pode traçar sobre isso?

Mariana Venturini: Eu encontrei na educação um espaço muito grande de transformação. No entanto, ela também é um espaço de reprodução de desigualdades. De que maneira essa sociedade continua, perpetua, determinados modos de fazer, de distribuir, de produzir? A educação tem esse papel-chave.

E isso fica muito claro quando a gente olha pra questão das mulheres, que do ponto de vista histórico e antropológico, é muito provavelmente a mais antiga de todas as opressões da humanidade. Por onde é que ela vai rompendo esse dique que existe entre o espaço doméstico e o espaço social do trabalho remunerado? São nessas áreas consideradas essencialmente femininas, ou seja, aquelas que são correlatas ao cuidado, à educação.

Na educação infantil a presença das mulheres é esmagadora. A hora que a gente vai subindo nos extratos, nas etapas da educação, a gente vai vendo uma diminuição do público feminino e uma maior presença masculina. E não é por acaso, precisamente, que onde há mais homens é onde a remuneração do trabalho é maior. Porque a gente tem a divisão sexual do trabalho, que afirma que há uma separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. E há também um segundo princípio, que é que o trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher.

Sinpro: Na Educação Básica, se a gente tem 80% dos professores sendo mulheres, e a educação familiar também sendo responsabilidade das mulheres em muitos núcleos, você acredita ainda que parte desse discurso patriarcal seja reproduzido pelas mulheres?

MV: Eu não diria só parte desse discurso, é uma parte considerável. Não dá pra gente pensar numa estrutura ideológica tão poderosa quanto o patriarcado se produzindo e se reproduzindo sem contar com metade da população, que são as mulheres. Então, o que acontece é que o patriarcado, essas relações sociais, com esses papéis muito definidos para homens e para mulheres, é muito forte.

Com as mulheres, as professoras, os professores, todo o sistema educacional, a gente nota isso, a dificuldade que a gente tem de implementar algumas discussões. Eu sempre digo que a professora ou o professor, quando entra em sala de aula, não dá reset em tudo o que viveu e aprendeu, e se torna uma outra pessoa, totalmente conectada com a agenda dos Direitos Humanos e da Educação. E é bom que seja assim, o aluno tem que ser exposto a visões de mundo diferentes.

No entanto, que visões de mundo são essas? A gente tem que propugnar que sejam visões de mundo progressistas, de construção da igualdade, da equidade, da emancipação. Sem sombra de dúvida, se a gente tivesse uma maior capacitação para os profissionais de educação, a gente já poderia ter avançado nessa realidade.

Sinpro: Como a educação pode contribuir para mudar esse quadro, colaborar com o combate ao machismo e à misoginia?

Falando especificamente de educação, progredir nas legislações. A gente tem uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) avançada, mas a gente não conseguiu evoluir na instituição do ensino de educação sexual e de gênero nas escolas. Na verdade, foi um retrocesso muito grande.

A gente sabe que há um campo atuando no Brasil reacionário, com uma visão de mundo muito atrasada com relação ao papel das mulheres na sociedade. Inventaram um jargão que é a ideologia de gênero que, do ponto de vista científico, não existe. Criaram uma ampla campanha de difamação, chegando no ápice daquela ideia doentia da mamadeira erótica. Então nós, professores, a gente está se sentindo excessivamente pressionados. Inclusive por pais de estudantes na Educação Básica.

Sem sombra de dúvida, a gente tem que recuperar alguns marcos legais e conseguir desenvolver os currículos. Porque a gente sabe que existe um hiato entre o que está legislado e o que efetivamente chega na sala de aula.

Então a gente precisa, ao mesmo tempo, olhar os currículos para que estes observem discussões sobre equidade de gênero. E aí não só numa disciplina específica. Tenho certeza que em todos os conteúdos a gente pode trabalhar de maneira transversal essa questão da discriminação das mulheres e como a gente pode trazer uma agenda emancipatória.

E quando a gente fala das mulheres a gente fala também da construção de uma equidade étnico racial. De que maneira a gente consegue estruturar e garantir nos nossos currículos, até na elaboração das aulas, que de fato essa discussão apareça? E para isso é fundamental a gente capacitar os professores. A esmagadora maioria do professorado no Brasil não teve nem discussão de gênero, nem discussão de raça, nem talvez direitos humanos na graduação. Então cabe ao estado fornecer essa formação.

Sinpro: Quais são as suas expectativas considerando os últimos anos e o nosso último pleito para a estrutura federal?

Eu vejo, lógico, com muita esperança esse novo ciclo que se abre no governo federal. Agora, é uma esperança que não pode vir com ingenuidade, né? Porque o estado brasileiro está muito fragilizado. A gente tem algumas heranças malditas na educação. Onde já se viu? O Estado deixou de pagar bolsista, é um negócio que assim, é impensável. É um estrago que foi feito. Quantos cérebros a gente não perdeu nesse ínterim? Quantas crianças ficaram afastadas durante a pandemia da escola e não retornaram porque não havia política pública de permanência para as crianças na escola? Quer dizer, o governo federal se recusou terminantemente a assumir qualquer das responsabilidades que ele tinha, e a gente sente isso na pele entre os professores, com salários achatadíssimos. Professores de educação básica, de educação superior.

Então, acho que agora, primeiro de tudo, o que este Governo deveria considerar e proceder, é a revogação da reforma do ensino médio. É um sucateamento sobre um verniz de discurso democrático. De fato eram necessários alguns ajustes, adequar esses novos ajustes. Mas que não representem esse retrocesso do ponto de vista democrático, que é uma escola para rico e outra escola para pobres, que foi o que foi instituído no governo Temer e que passa a ser crescentemente implementado.

A educação precisa formar indivíduos críticos, com capacidade de pensar uma outra sociedade, melhor que essa. A gente também precisa avançar na agenda de regulamentação da educação privada. Há muito o que ser feito, mas pelo menos a gente tem um governo federal disposto, aberto ao diálogo para que os professores, os estudantes, possam participar de uma maneira mais ativa dessa reconstrução do nosso sistema de educação, que foi muito atacado, mas mostrou que é forte o suficiente para sobreviver. Aos trancos e barrancos, mas sobreviveu.